

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

1 O Governo Central atingiu superávit primário de R\$ 4,0 bilhões no mês de março. Desse total, o Tesouro Nacional contribuiu com resultado positivo de R\$ 4,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 455,4 milhões e R\$ 49,4 milhões, respectivamente. O primeiro trimestre de 2000 encerrou com superávit primário de cerca de R\$ 7,0 bilhões, dentro do patamar observado nos três primeiros meses de 1999, em termos nominais. Até o período, o resultado positivo foi equivalente a 2,6% do PIB estimado.

Governo Central registra superávit primário de R\$ 4,0 bilhões em março.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1999-2000

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Fev 2000	Mar 2000	Jan-Mar 1999	Jan-Mar 2000
I. RECEITA TOTAL	17.157,5	20.183,8	51.188,5	55.851,8
I.1. Receitas do Tesouro	13.074,7	15.857,9	40.434,9	43.497,0
I.1.1 Receita Bruta	13.311,1	16.210,4	40.973,1	44.689,9
I.1.2. (-) Restituições	(108,2)	(246,8)	(358,9)	(887,6)
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(128,2)	(105,7)	(179,3)	(305,3)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.082,8	4.325,9	10.753,6	12.354,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.226,7	3.293,5	9.259,3	9.885,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	13.930,8	16.890,4	41.929,1	45.966,4
IV. DESPESA TOTAL	12.321,1	12.799,5	34.606,1	38.724,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.248,4	4.140,1	11.465,4	13.768,4
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.660,4	4.781,3	12.913,3	14.112,9
IV.3. Custeio e Capital	3.412,3	3.878,1	10.227,3	10.843,4
IV.3.1. Despesas do FAT	436,9	673,2	1.361,5	1.425,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	105,4	273,2	509,2	401,6
IV.3.3. Outras Despesas	2.870,0	2.931,7	8.356,7	9.016,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.609,7	4.090,9	7.323,1	7.241,7
V.1. Tesouro Nacional	2.187,3	4.546,2	9.482,8	8.999,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(577,6)	(455,4)	(2.159,8)	(1.758,1)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(61,8)	(49,4)	(173,6)	(154,3)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.547,9	4.041,5	7.149,5	7.087,4
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,10%	2,57%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
Acumulado: Mar2000/Mar1999

Receitas	9,1%
Tesouro	7,6%
Previdência	14,9%
Transferências	6,8%
Receita Líquida	9,6%
Despesas	11,9%
Benefícios	9,3%
Pessoal	20,1%
Custeio e Capital	6,0%

Em termos percentuais do PIB, o resultado acumulado do Governo Central apresentou redução de 0,5 ponto percentual em relação ao desempenho do primeiro trimestre de 1999. Essa redução esteve associada à diminuição da receita líquida de transferências, em 1,5 ponto percentual, em parte compensada pela redução de 1,0 ponto percentual na despesa total. No caso da receita, apesar do ingresso de depósitos judiciais de R\$ 1,4 bilhão neste mês, a redução ocorrida no primeiro trimestre de 2000 deveu-se, principalmente, ao recolhimento de

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Acumulado Jan-Mar (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	22,2%	20,2%
Transferências	4,0%	3,6%
Receita Líquida	18,2%	16,7%
Despesa Total	15,0%	14,0%
Resultado Primário	3,1%	2,6%

A despesa total caiu 1,0 ponto percentual no primeiro trimestre do corrente ano, em relação ao mesmo período do ano passado.

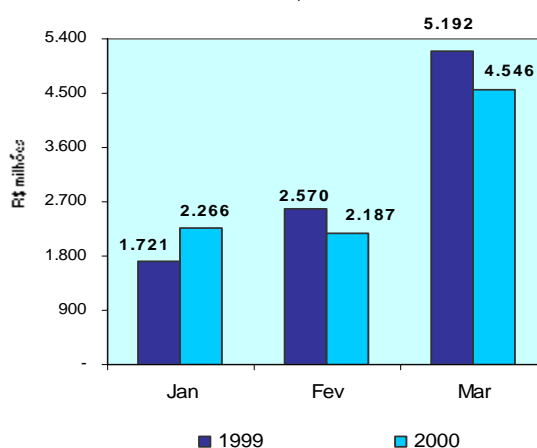
receitas extraordinárias em 1999, no total de R\$ 8,3 bilhões, ou cerca de 3,6% do PIB. Destacam-se, em particular, aquelas decorrentes da desistência de ações judiciais e conseqüente quitação de débitos em atraso com a Secretaria da Receita Federal (SRF) em fevereiro de 1999, no montante de R\$ 2,2 bilhões, assim como ao ingresso, em março daquele ano, de R\$ 2,3 bilhões a título de antecipação do pagamento sobre concessões do sistema Telebras e de R\$ 854,0 milhões referentes a concessões da Banda B de telefonia. Em relação à despesa, vale ressaltar a contenção dos gastos com custeio e capital, em linha com os objetivos fiscais fixados à luz do comportamento esperado das receitas.

Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional atingiu superávit primário de R\$ 9,0 bilhões no primeiro trimestre do ano, equivalente a 3,3% do PIB. Esse resultado foi 0,8 ponto percentual inferior àquele obtido no mesmo período de 1999. Desse valor, 0,5 ponto percentual refere-se à redução das despesas, e 0,4 ponto percentual às menores transferências a estados e municípios, mais que compensadas pela diminuição de 1,8 ponto percentual das receitas, em sua maior parte de caráter extraordinário.

O superávit primário do Tesouro Nacional acumulado até março foi de R\$ 9,0 bilhões, equivalente a 3,3% do PIB.

Superávit do Tesouro Nacional
Brasil, 1999/2000



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Mar (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	17,6%	15,8%
Transferências	4,0%	3,6%
Despesas do Tesouro	9,4%	8,9%
Resultado Primário	4,1%	3,3%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As receitas líquidas de restituições e incentivos fiscais registraram incremento de 9,6% no trimestre. No entanto, ficaram 1,5 ponto percentual do PIB inferiores às verificadas no primeiro trimestre de 1999.

A queda das despesas em 0,4 ponto percentual do PIB deveu-se à redução com custeio e capital, sendo 0,1 ponto percentual relativo às despesas do FAT e 0,3 ponto percentual às atividades de manutenção e projetos de investimento do governo.

As transferências totais a estados e municípios reduziram-se 0,4 ponto percentual do PIB, reflexo do menor recolhimento de receitas tributárias sujeitas a transferências constitucionais. Registre-se que, no primeiro trimestre de 1999, tais transferências refletiram o impacto de receitas extraordinárias, sobretudo IRPJ, decorrentes do pagamento de débitos em atraso, além do efeito de antecipação do imposto de renda sobre aplicações em fundo de renda fixa com aniversário posterior ao dia 22/12/98. Em 2000, os fatores que afetaram positivamente as transferências constitucionais no trimestre relacionam-se ao desempenho da receita do último decêndio de dezembro de 1999, bem como ao recolhimento de depósitos judiciais e administrativos extras em março. Apesar de tais efeitos positivos em 2000, as transferências constitucionais reduziram-se de 3,3% para 2,9% do PIB, comparando-se trimestre contra trimestre.

No que se refere aos repasses decorrentes da Lei Complementar nº 87/96, cabe destacar que os mesmos reduziram-se, tanto em termos nominais, quanto em percentual do PIB (cerca de 0,1 ponto percentual). Em janeiro e março de 1999, foram efetuadas transferências extraordinárias, como reflexo de alteração na metodologia de cálculo dos repasses, além de recursos adicionais autorizados pela Portaria Interministerial nº 340/98.

As demais transferências atingiram R\$ 1,1 bilhão no primeiro trimestre do ano, o que contribuiu para um crescimento de 0,1 ponto percentual do PIB. Merece registro o recolhimento de R\$ 399,5 milhões em *royalties*, pela Petrobras (Lei nº 9.478/97), sem correspondência em igual período de 1999. As transferências vinculadas à contribuição ao salário-educação apresentaram incremento nominal de R\$ 73,4 milhões, uma vez que o recolhimento dos recursos referentes ao décimo-terceiro salário de 1999 ocorreu apenas em janeiro deste ano, e não no próprio mês de dezembro, como nos anos anteriores.

A receita bruta do Tesouro Nacional perf fez R\$ 16,2 bilhões em março, superando em R\$ 2,9 bilhões a arrecadação obtida no mês de fevereiro. Tal desempenho foi, principalmente, influenciado pela arrecadação adicional de depósitos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 914 milhões relativos ao IRPJ e R\$ 440 milhões à CSLL (vide boxe 1).

Ademais, houve acréscimos no IRRF e na CPMF, em função de cinco semanas de fato gerador em março, contra quatro semanas em fevereiro, em montantes de R\$ 471,1 milhões e R\$ 274,0 milhões, respectivamente. Registre-se, também, o recolhimento de dividendos e participações no montante de R\$ 203,5 milhões, em sua maior parte decorrentes do pagamento de dividendos

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	3,3%	2,9%
Desoneração do ICMS	0,4%	0,3%
Demais	0,3%	0,4%
Total	4,0%	3,6%

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Mar		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	380,8	454,2
Royalties Lei 9478	-	399,5
Fundef	133,4	137,8
Outras	89,3	102,3
Total	603,5	1.093,8

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

**Boxe 1 – Depósitos
Judiciais e Extrajudiciais**

A Lei nº 9.703/98, estabeleceu que os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, efetuados a partir de 01/12/98, referentes a tributos e contribuições administrados pela SRF e INSS, sejam repassados pela Caixa Econômica Federal à Conta Única do Tesouro Nacional. Após o encerramento da disputa, e mediante ordem da autoridade judicial ou administrativa, o valor do depósito (corrigido) será devolvido ao depositante pela Caixa em 24 horas (no caso de sentença favorável a este) ou transformado em pagamento definitivo (no caso de sentença favorável à Fazenda Nacional).

complementares do exercício de 1998 pelo BNDES (R\$ 130,0 milhões), além de R\$ 52,0 milhões recolhidos pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS Acumulado Jan-Mar		
	R\$ milhões	
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Depósitos Judiciais /1	432	2.167
Conta Petróleo	714	0
Desistência de Ações Judiciais /2	2.200	0
Tributação s/ Operações de Hedge /2	1.236	53
Efeito da Desvalorização Cambial /3	400	0
Concessões	3.340	165
TOTAL	8.322	2.385
% PIB	3,6%	0,9%

1/ Apropriação no âmbito da Lei 9.703/98
2/ Em conformidade com a Lei 9.779/99
3/ Concentrado na arrecadação do IRPJ e CSLL

**Receitas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

No primeiro trimestre de 2000, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 44,6 bilhões, superando em 9,0% a receita obtida em igual período de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, houve redução na arrecadação de aproximadamente 1,6 ponto percentual, decorrente de fatores atípicos que contribuíram para elevação da arrecadação de 1999, sem paralelo em 2000, conforme podemos ver na tabela acima. Entre os principais, destacam-se, no âmbito dos impostos e contribuições:

- a desistência de ações e conseqüente pagamento de débitos em atraso, que gerou receita extra para a União de R\$ 2,2 bilhões em fevereiro de 1999; e
- a extensão da tributação sobre aplicação financeira de renda fixa, às operações de *hedge*, realizadas por meio de *swap*, no valor de 1,2 bilhões em fevereiro e março de 1999.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Impostos	9,3%	7,8%
Imposto de Renda	6,3%	5,4%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,3%	0,9%
Contribuições Sociais	5,8%	7,2%
Cofins	2,3%	3,3%
CPMF	0,3%	1,3%
CSLL	1,1%	1,1%
Outras	2,1%	1,5%
Demais	2,7%	1,2%
Conta Petróleo	0,3%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,1%
Concessões	1,5%	0,1%
Outras	0,7%	1,1%
Total Bruto	17,8%	16,2%

Por outro lado, afetaram positivamente a arrecadação do primeiro trimestre de 2000: i) a reintrodução da cobrança da CPMF, com alíquota de 0,38%, a partir de 17/06/99, que gerou receitas da ordem de R\$ 1,7 bilhão no período, equivalente a 0,3% do PIB; e ii) a elevação da alíquota da Cofins de 2% para 3%, com obrigatoriedade do pagamento desta pelas instituições financeiras, cuja receita atingiu R\$ 2,1 bilhão nos três primeiros meses de 2000 contra R\$ 860,0 milhões em igual período de 1999. O recolhimento da Cofins elevou-se de 2,3% para 3,3% do PIB no período em exame.

Em relação às demais receitas do Tesouro Nacional, cabe destacar a redução em R\$ 2,9 bilhões devido, basicamente, ao pagamento de concessões de serviços de telefonia ocorrido em 1999. Em março daquele ano havia sido antecipado o pagamento da segunda parcela de concessão do sistema Telebras, no montante de R\$ 3,3 bilhões. Ademais, não se verificaram superávits na conta petróleo nos três primeiros meses de 2000, ao passo que, no primeiro trimestre de 1999, haviam sido registradas receitas de R\$ 713,6 milhões.

No tocante ao restante das receitas do Tesouro Nacional, verificou-se incremento total de R\$ 1,3 bilhão, passando de 0,7% para 1,1% do PIB, como reflexo, entre outros fatores, do aumento em R\$ 358,0 milhões no recolhimento de taxas diversas e receitas parafiscais vinculadas a órgãos da administração direta e indireta, além de R\$ 108,4 milhões de contribuição do salário-educação. Adicionalmente, foram pagos R\$ 440,7 milhões em *Royalties*, pela Petrobras, (Lei nº 9.478/97) e R\$ 73,5 milhões em *Royalties* em atraso, pela empresa Itaipu binacional, ambos sem correspondência em 1999.

Em março, as despesas do Tesouro Nacional aumentaram 4,5% em relação a fevereiro, correspondente a R\$ 345,2 milhões. A folha salarial do funcionalismo público reduziu-se em R\$ 108,3 milhões, devido à menor liberação para pagamento de férias no mês em análise.

As despesas do FAT cresceram 54,2% em relação ao mês anterior, por conta de liberações adicionais no montante de R\$ 255,2 milhões a título de convênios mantidos entre o Fundo, instituições privadas e estados, para treinamento e qualificação profissional de trabalhadores. Também foi transferido às instituições financeiras federais o montante de R\$ 361,5 milhões para o seguro-desemprego. Em fevereiro, tais despesas foram de R\$ 305,8 milhões.

Os gastos com subsídios e subvenções do Tesouro Nacional atingiram o montante de R\$ 183,4 milhões. Em relação ao mês anterior, houve elevação de 279,8%, justificado pelo pagamento de R\$ 151,0 milhões referentes a equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Tal despesa corresponde aos títulos (NTN-I) emitidos para fazer face aos contratos entre os exportadores e as instituições financeira federais, firmados nos meses de fevereiro e março.

Além disso, foram efetuadas as seguintes despesas a título de equalização de taxas sobre o financiamento à agricultura: i) R\$ 11,0 milhões

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Acumulado Jan-Mar		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Demais	6.259,6	3.344,8
Conta Petróleo	713,6	-
Dividendos da União	575,1	207,2
Concessões	3.340,4	165,1
Outras	1.630,4	2.972,5

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Boxe 2 - Recursos do FAT para qualificação profissional

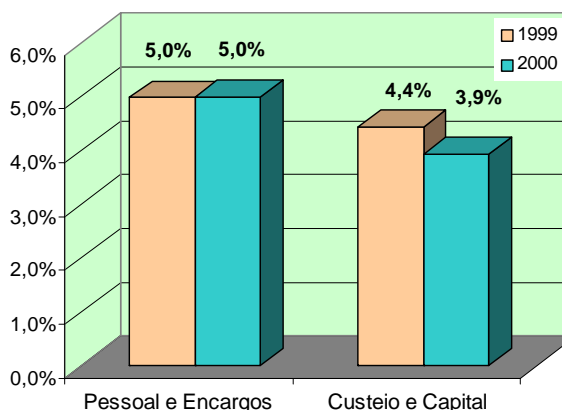
No mês de março, o FAT liberou R\$ 255,2 milhões para qualificação profissional dos trabalhadores. Os recursos estão previstos nos convênios firmados junto a estados que compõem os Planos Estaduais de Qualificação e Requalificação Profissional. O objetivo é prover/melhorar a qualificação dos trabalhadores desempregados, beneficiários do seguro-desemprego, aqueles sob risco de perda do emprego e de outras populações em risco ou desvantagem social.

referentes ao Programa de Custeio Agropecuário; ii) R\$ 17,9 milhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e iii) R\$ 3,5 milhões com subsídios à Política de Preços Agrícolas .

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro trimestre de 2000, as despesas do Tesouro Nacional reduziram-se 0,5 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 1999. Esse resultado ocorreu a despeito dos pagamentos efetuados por diversos órgãos nesse primeiro trimestre, relativos às despesas empenhadas no ano anterior (restos a pagar). Dessa forma, nos próximos meses do ano, essas despesas não deverão concorrer significativamente com aquelas referentes ao exercício de 2000, uma vez sancionada a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Despesas do Tesouro Nacional
(acumulado até março, em % do PIB)



As despesas de custeio e capital reduziram-se em 0,5 ponto percentual do PIB no primeiro trimestre de 2000.

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram 5,0% do PIB, permanecendo estáveis, quando comparadas ao período de janeiro a março de 1999. Em termos nominais, no entanto, essas despesas cresceram 20,1% no período, em decorrência dos seguintes fatores:

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Pessoal e Encargos	5,0%	5,0%
Custeio e Capital	4,4%	3,9%
Despesas do FAT	0,6%	0,5%
Subsídios e Subvenções	0,2%	0,1%
Outras	3,6%	3,3%

- em janeiro de 1999, foi pago aproximadamente 70,0% da folha referente ao mês de dezembro de 1998, enquanto em janeiro de 2000, foi pago a folha de dezembro de 1999 integralmente;
- ocorreu, ao longo de 1999, correção de gratificação de carreiras, tais como professores de ensino superior, militares e servidores do judiciário;

- por fim, em janeiro deste ano, foi efetuado o pagamento da segunda parcela do percentual de 28,86% devido aos servidores do Poder Executivo, em decorrência de decisão judicial.

Em relação a 1999, os gastos com subsídios e subvenções à agricultura e às exportações reduziram-se 23,1%, quando comparadas a igual período deste ano. O principal fator foi a redução com equalizações de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), em decorrência das alterações implementadas nas regras relativas à emissão de títulos públicos para custeio deste programa, conforme Medida Provisória nº 1.974/2000. As despesas passaram de R\$ 259,2 milhões, em 1999, para R\$ 168,6 milhões, em 2000.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) obteve déficit de R\$ 455,4 milhões em março. À semelhança do ocorrido em fevereiro, esse resultado refletiu o desempenho da receita líquida.

O principal fator a favorecer o crescimento da arrecadação líquida no mês foi o recolhimento de depósitos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 257,7 milhões. Verificou-se, também, pagamento de dívidas previdenciárias mediante utilização de CDP (R\$ 32,5 milhões) e do Simples (R\$ 7,2 milhões). Ademais, as transferências a terceiros (SESC, SENAI etc.) situaram-se R\$ 35,7 milhões abaixo das efetuadas em fevereiro. A tabela abaixo apresenta em detalhes a evolução do resultado primário do RGPS ao longo do primeiro trimestre desse ano.

Previdência Social

O déficit do RGPS reduziu-se de R\$ 577,6 milhões, em fevereiro, para R\$ 455,4 milhões, em março.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Brasil, 2000			
DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR
Arrecadação Líquida	3.946,0	4.082,8	4.325,9
Arrecadação Bruta	4.445,2	4.403,4	4.609,6
- Contribuição Previdenciária	4.161,9	4.195,0	4.168,8
- Simples	181,3	134,1	141,3
- CDP	3,1	2,1	34,7
- Depósitos Judiciais	44,1	64,0	257,7
- Outras Receitas	54,8	8,1	7,2
(-) Restituição/Devolução	(9,5)	(14,5)	(13,3)
(-) Transferências a Terceiros	(489,7)	(306,1)	(270,3)
Benefícios Previdenciários	4.671,1	4.660,4	4.781,3
Resultado Primário	(725,2)	(577,6)	(455,4)

O recolhimento de depósitos judiciais e o pagamento de dívidas previdenciárias explicam o crescimento da receita no mês de março.

Benefícios	Fevereiro		
	1999	2000	%
Quantidade*	18,3	18,9	3,5%
Valor Médio**	239,3	252,9	5,7%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

As despesas com benefícios totalizaram R\$ 4,8 bilhões, registrando pequeno acréscimo em relação a fevereiro, quando atingiram R\$ 4,7 bilhões. A evolução dessas despesas reflete a redução na taxa de crescimento do estoque de benefícios emitidos ao longo dos últimos meses.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Acumulado Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	4,7%	4,5%
Benefícios	5,6%	5,1%
Resultado Primário	-0,9%	-0,6%

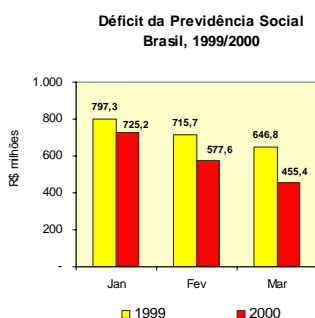
No primeiro trimestre do ano, observa-se que o déficit primário do RGPS ficou abaixo do ocorrido nos três primeiros meses de 1999, sendo o melhor desempenho verificado neste mês de março. O déficit acumulado ficou em R\$ 1,8 bilhão, equivalente a 0,6% do PIB, inferior ao obtido em igual período de 1999, quando atingiu R\$ 2,6 bilhões, ou 0,9% do PIB.

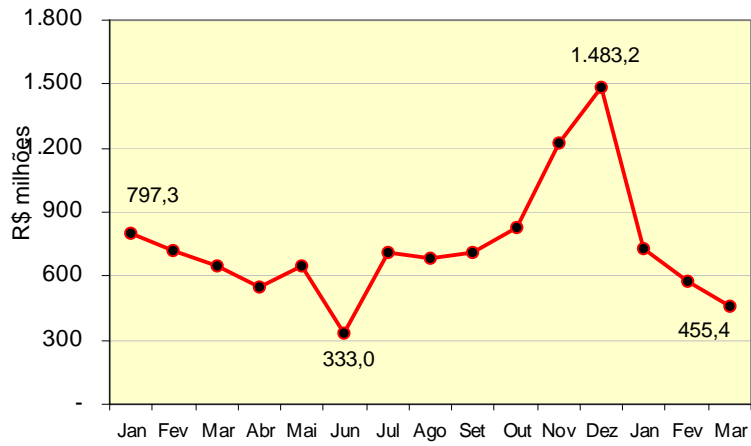
Até o período, a arrecadação líquida atingiu R\$ 12,4 bilhões, inferior ao recolhimento de 1999 em 0,2 ponto percentual do PIB. Ainda assim, a receita reflete ganhos de recuperação de receita. Merece destaque o recolhimento proveniente da retenção de 11,0% do valor bruto da nota fiscal pelas empresas contratantes de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, que perfez R\$ 800,9 milhões no primeiro trimestre deste ano, contra R\$ 585,4 milhões em idêntico período de 1999 (Lei nº 9.711/98). Também houve incremento no recolhimento por meio do Simples, que atingiu R\$ 456,7 milhões neste primeiro trimestre, contra R\$ 335,0 milhões no ano anterior. Por fim, observa-se entrada de recursos a título de depósitos judiciais, no total de R\$ 365,7 milhões, sem contrapartida no ano anterior (Lei nº 9.703/98).

Benefícios	Dez/1998- Fev/1999	Dez/1999- Fev/2000	%
Quantidade*	18,2	18,9	3,6%
Valor Médio**	239,3	252,6	5,6%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

As despesas com benefícios atingiram R\$ 14,1 bilhões no trimestre, em contrapartida aos R\$ 12,9 bilhões observados em idêntico período de 1999. O acréscimo nominal de 9,3% explica-se, principalmente, pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, que passaram de R\$ 239,3, entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999, para R\$ 252,6, entre dezembro de 1999 e fevereiro do corrente ano.



**Déficit da Previdência Social
Brasil, 1999/2000**

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

1 No mês de março, a dívida líquida do Tesouro Nacional atingiu 20,3% do PIB estimado para os últimos doze meses, representando um aumento de 0,4 ponto percentual sobre o patamar de fevereiro. Destaca-se a elevação da dívida mobiliária interna em mercado, de R\$ 7,4 bilhões, equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB.

O saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional em março foi de 20,3% do PIB, perfazendo aumento de 0,4 ponto percentual frente ao mês anterior.

O aumento da participação dos títulos na dívida em mercado decorreu, principalmente, da incorporação dos juros nominais ao estoque, no valor de R\$ 4,2 bilhões. Adicionalmente, ocorreu venda de LTN, que se encontrava na carteira do Banco Central, no montante de R\$ 868,7 milhões.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado nos últimos três meses.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2000

(R\$ milhões)

	2000		
	Jan	Fev	Mar
I. DÍVIDA INTERNA	94.786	90.902	97.905
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	354.562	359.689	367.120
Dívida Securitizada	32.852	33.128	32.119
Dívida Contratual da STN	-225.713	-234.541	-234.228
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-196.784	-199.296	-199.536
Demais Dívida Contratuais	-28.930	-35.246	-34.692
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-66.914	-67.373	-67.106
Fat	-46.929	-47.450	-47.220
Demais Entidades	-19.986	-19.923	-19.886
II. DÍVIDA EXTERNA	117.560	115.887	116.796
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	89.551	89.076	89.623
Títulos Depositados em Garantia	-4.536	-4.695	-4.837
Dívida Contratual	33.277	32.227	32.751
Disponibilidades	-733	-721	-741
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	212.347	206.789	214.701
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	20,7%	19,9%	20,3%

No mês de março, o Banco Central realizou venda de LTN no valor de R\$ 868,7 milhões o que contribuiu para elevar o estoque da DPMFi em mercado.

As emissões do Tesouro Nacional montaram a R\$ 39,3 bilhões, das quais a maior parte refere-se a colocações em ofertas públicas (financeiras). Considerados os resgates e os encargos, a dívida interna total apresentou aumento líquido de R\$ 321,0 milhões sendo R\$ 1,4 bilhão referente à dívida

mobiliária. Os créditos securitizados e os TDA tiveram redução de R\$ 1,1 bilhão e R\$ 39,0 milhões, respectivamente.

Em março, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 39,3 bilhões, sendo quase a totalidade para rolagem da DPMF em mercado.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Mar/2000

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I. Emissões	38.853	485	39.338
LFT ¹	19.994	312	20.306
LTN	17.973	0	17.973
NTN-C	856	0	856
Demais	30	173	203
II. Resgates	37.908		37.908
LFT ¹	11.325		11.325
LTN	11.038		11.038
NTN-C	0		0
Demais	15.545		15.545
III. Valor líquido (I-II)	945	485	1.429
TDA			
I. Emissões		1	1
II. Resgates		40	40
III. Valor líquido (I-II)		-39	-39
Securitizados			
I. Emissões		5	5
II. Resgates		1.113	1.113
III. Valor líquido (I-II)		-1.108	-1.108

¹Inclui LFT, LFT-A, LFT-B, LFT-E e LFT-M



No que diz respeito às colocações em mercado, destacam-se as emissões líquidas de LFT, no valor de R\$ 9,0 bilhões, e de LTN, em cerca de R\$ 6,9 bilhões. As LTN foram emitidas com prazo de até 13 meses, o que contribuiu para ampliar o prazo médio desses títulos, de 4,37 meses em fevereiro, para 5,78 meses em março, conforme pode ser observado no gráfico ao lado. É importante salientar o cumprimento integral dos cronogramas de emissões pelo quarto mês consecutivo.

Adicionalmente, em março ocorreu liquidação financeira do terceiro leilão de NTN-C, cujo estoque atingiu R\$ 2,6 bilhões. No referido leilão, 38,34% do total de NTN-C foi adquirido por meio da utilização de dívidas securitizadas. Como consequência, o prazo médio da dívida pública foi alongado em 4,31 meses.

Com relação aos pagamentos, destaca-se no mês o resgate de NTN-S, no valor de R\$ 14,3 bilhões. Tal fato deve-se à continuidade do processo iniciado a partir do segundo semestre de 1999, de substituição de títulos pós-fixados (como LFT, NTN-S e NTN-D) por LTN, de remuneração prefixada.

As emissões não financeiras em março atingiram a cifra de R\$ 484,8 milhões, sendo: i) R\$ 105,5 milhões em LFT-B, destinadas ao cumprimento do contrato de assunção e refinanciamento da dívida contratual de diversos municípios; ii) R\$ 86,9 milhões em NTN-I, para equalização de taxas no âmbito do Proex; iii) R\$ 40,2 milhões em CFT-D1, decorrente de troca por NTN-I junto ao BNDES; iv) R\$ 38,0 milhões em CFT-E1, em favor do Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; e v) R\$ 8,0 milhões em CDP, adquiridos por devedores do INSS para quitação de dívidas junto àquele órgão.

Foram resgatados R\$ 1,1 bilhão em dívida securitizada, decorrentes em especial: i) da sua utilização no leilão de NTN-C, totalizando R\$ 368,0 milhões; ii) do pagamento de dívida no âmbito da Lei nº 9.496/97 pelo estado do Amazonas, no valor de R\$ 194,8 milhões; e iii) da troca por CFT-E1 recebidos da CEF, de R\$ 33,4 milhões.

Em março, verificou-se crescimento da participação dos títulos prefixados em mercado, que passou de 13,1% em fevereiro, para 15,4% do total no mês em análise.

Embora a participação no total dos títulos indexados à taxa Selic tenha caído 1,9 ponto percentual de fevereiro para março, esta permanece atualizando a maior parte da DPMF, conforme demonstrado na tabela 4. Tal fato se deve, sobretudo, às colocações de LFT-A e LFT-B nos últimos anos, relacionadas às assunções de dívidas de estados e municípios.

TABELA 4
COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM MERCADO
BRASIL, 2000

(%)

Indexador	2000		
	Jan	Fev	Mar
Selic	70,7	70,0	68,1
Câmbio	11,1	10,3	9,7
Prefixados	11,7	13,1	15,4
TR	3,5	3,5	3,5
Outros	3,0	3,1	3,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

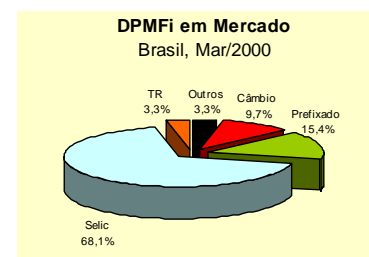
Boxe 3 - Emissões realizadas em março 2000

	R\$ milhões
Emissão Planejada *	41.500
LTN 6 meses	14.000
LTN 12 meses	6.500
LFT 24 meses	20.000
NTN-C	1.000
Volume Ofertado *	41.500
LTN 6 meses	14.000
LTN 12 meses	6.500
LFT 24 meses	20.000
NTN-C	1.000
Volume Vendido *	41.500
LTN 6 meses	14.000
LTN 12 meses	6.500
LFT 24 meses	20.000
NTN-C	1.000

* Valor Nominal

Cronograma de Emissões:
 LTN 6 meses: de R\$ 13 a R\$ 15 bilhões
 LTN 12 meses: de R\$ 6 a R\$ 7 bilhões
 LFT 24 meses: de R\$ 19 a R\$ 20 bilhões

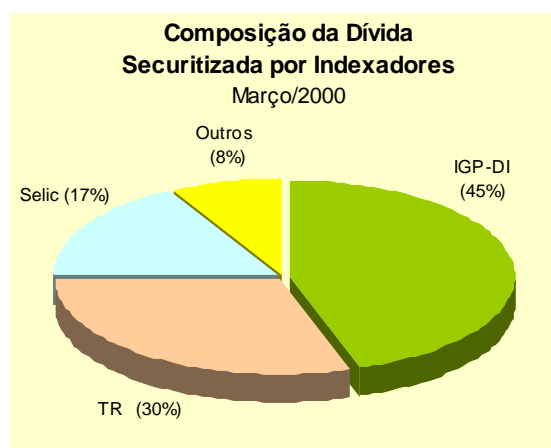
Composição da Dívida



A participação relativa dos títulos cambiais no estoque da DPMFi mantém sua tendência de queda, tendo passado de 13,2%, em outubro de 1999, para 9,7% no mês em análise. Como o Tesouro Nacional não tem mais realizado colocação primária de títulos vinculados ao câmbio, com exceção da NTN-I, esta trajetória de queda deve continuar nos próximos meses.

Em março, não houve grandes alterações na composição da dívida securitizada por indexadores. Esta mostra-se em sua maior parte (45,0%) composta por títulos indexados ao IGP-DI. Os títulos indexados à TR correspondem a 30,0% do total, e os atualizados pela taxa Selic perfazem 17,0%, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

O IGP-DI atualiza quase metade dos títulos que compõem a dívida securitizada.



Custo e Prazo Médios

Em março, o custo médio anual do total da dívida interna do Tesouro Nacional em mercado (incluindo DPMF e Dívida Securitizada) ficou em 15,16%. O custo médio anual da dívida pública mobiliária em mercado atingiu 15,54%, mantendo-se abaixo da taxa Selic.

Se considerados apenas os títulos emitidos por meio de ofertas públicas, o custo médio anual foi de 16,77%, sendo negativo para os títulos indexados à variação cambial, cujo custo médio anual atingiu -2,41%, tendo em vista a trajetória da taxa de câmbio.

Com relação à dívida securitizada, seu custo médio caiu de 11,07% em fevereiro para 10,98% no mês em análise.

TABELA 5
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF
EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Mar/2000 (R\$ milhões)

Título	Indexador	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	Prefixados	15,4%	5,78	20,38%
LFT	Selic	51,6%	10,80	18,70%
NTN-D	Câmbio	7,0%	13,24	-2,41%
NTN-S	Prefixados+Selic	4,0%	2,04	18,70%
Demais	Vários	21,9%	-	-
Total DPMF		100,0%	27,97	15,54%
Competitivos			9,74	16,77%
Securitizedos			88,08	10,98%
Total Dívida Interna			32,38	15,16%

Obs.: Prazo Médio em meses.
Custo Médio em % anual.

Em março, o custo médio anual do total da dívida interna em mercado foi de 15,16%, mantendo-se abaixo da taxa Selic.

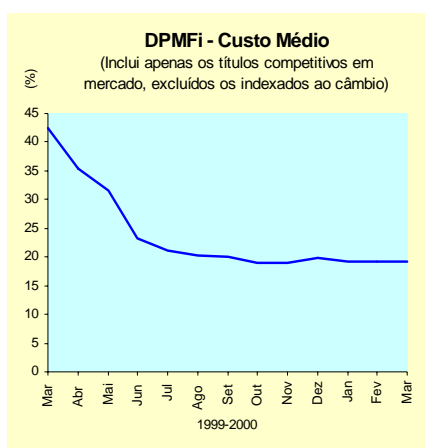
Com relação aos títulos emitidos por meio de ofertas públicas, o custo médio do mês em referência reflete uma tendência de estabilidade, iniciada após o mês de agosto de 1999, conforme se observa no gráfico abaixo. Em março, o custo médio anual desses títulos foi de 19,12%, contra 19,28% em fevereiro. Se incluídos os títulos indexados ao câmbio, o custo anual passa de 15,66% em fevereiro para 16,77% em março.

O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões sofreu pequena redução, passando de 19,28% em fevereiro para 19,12% em março.

TABELA 6
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1999/2000 (% anual)

PERÍODO	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1999				
Mar	40,02	-2,77	42,42	-11,64
Abr	33,65	12,42	35,38	14,57
Mai	26,20	34,02	31,52	34,96
Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
Set	19,52	18,94	19,97	19,82
Out	18,59	22,01	19,05	21,54
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
2000				
Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Em março, o prazo médio do total da dívida interna em mercado foi de 32,38 meses. O prazo médio da DPMF em mercado ficou em 27,97 meses, sendo o maior prazo médio desde setembro do ano passado.

O prazo médio da dívida interna em mercado foi de 32,38 meses no mês de março.

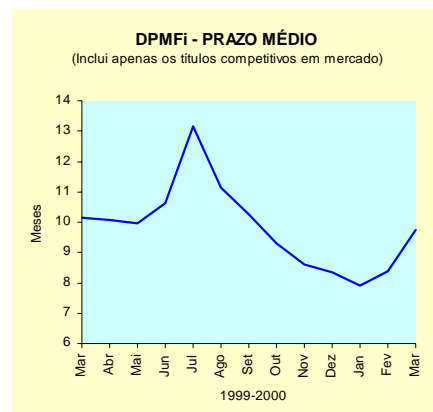
Se consideradas apenas as emissões em ofertas públicas, o prazo médio atingiu 9,74 meses, apresentando crescimento em relação ao mês anterior, que ficou em 8,37 meses, associado ao aumento do prazo médio das LTN, conforme mencionado anteriormente.

TABELA 7
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1999/2000 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1999 Mar	31,09	10,16
Abr	28,86	10,06
Mai	28,13	9,95
Jun	27,42	10,63
Jul	28,28	13,15
Ago	28,48	11,12
Set	27,06	10,25
Out	25,48	9,30
Nov	24,44	8,59
Dez	27,90	8,35
2000 Jan	27,14	7,89
Fev	27,09	8,37
Mar	27,97	9,74

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

Em março, o prazo médio dos títulos emitidos da DPMFi por meio de leilões públicos em mercado foi de 9,74 meses, sendo o maior desde setembro/1999.



O prazo médio da dívida securitizada fechou o mês de março em 88,08 meses, crescendo em relação a fevereiro, que foi de 87,41 meses, como resultado dos resgates ocorridos no mês.

Dívida Líquida Contratual Interna

Em março, o saldo dos haveres líquidos do Tesouro Nacional foi de R\$ 301,3 bilhões (28,5% do PIB). Em termos nominais, houve uma pequena queda de R\$ 580,0 milhões em relação a fevereiro, sendo R\$ 313,0 milhões no âmbito da STN e R\$ 267,0 milhões nos haveres dos fundos, autarquias e fundações. A tabela 8, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Contratual Interna ao longo dos últimos três meses.

TABELA 8
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA
BRASIL, 1999/2000 (R\$ milhões)

	2000		
	Jan	Fev	Mar
TOTAL DA STN	-225.713	-234.541	-234.228
Dívida Bancária	39.613	39.748	39.746
Demais Dívidas da STN	3.159	3.147	3.142
Lei 7.976/89	-10.618	-10.199	-10.076
Lei 8.727/93	-43.499	-43.665	-43.676
Lei 9.496/97	-122.418	-124.706	-125.487
Renegociação de Dívidas dos Municípios - MP 1.969/99	-4.233	-4.797	-4.806
Demais Haveres da STN	-87.717	-94.070	-93.072
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-66.914	-67.373	-67.106
FAT	-46.929	-47.450	-47.220
Demais Entidades	-19.986	-19.923	-19.886
TOTAL	-292.628	-301.914	-301.334
TOTAL/PIB	-28,5%	-29,0%	-28,5%
TOTAL DA STN/PIB	-22,0%	-22,5%	-22,2%

Em março, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional foi de R\$ 116,8 bilhões, ou 11,1% do PIB, mantendo o mesmo nível percentual do PIB em relação ao mês anterior. Em termos nominais, houve um pequeno aumento do saldo em reais relativo à emissão do Bônus Global em março, que compensou a apreciação da moeda nacional em relação ao dólar ocorrida no mês.

No dia 06 de março, o Brasil realizou nova emissão no mercado internacional com o Bônus Global 2030, título com *coupon* de 12,25%, no valor de US\$ 1,0 bilhão, com excelente demanda. Posteriormente, no dia 29, promoveu a reabertura dessa emissão, no valor de US\$ 600,0 milhões, sendo os recursos destinados à recompra de bônus PAR, FLIRB, de DESCONTO, EI e DCB, perfazendo cancelamento total de US\$ 705,1 milhões de dívida reestruturada.

Cabe registrar também o cancelamento de US\$ 36,1 milhões (valor de face) de Bônus ao Par, decorrentes do recebimento de parcela de amortização do Acordo de Reescalonamento de Dívida entre Brasil e Angola.

No que se refere à execução financeira da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional, foram efetuados pagamentos regulares a organismos multilaterais (R\$ 182,8 milhões de amortização do principal e R\$ 93,9 milhões de juros e encargos), bancos privados/agências governamentais (R\$ 48,0 milhões de amortização e R\$ 15,8 milhões de juros e encargos), Clube de Paris (R\$ 23,5 milhões de juros e encargos), além dos pagamentos referentes à dívida mobiliária externa (R\$ 1,6 bilhão), conforme demonstrado na tabela 9 a seguir.

Dívida Externa

Boxe 4 – Bônus Global 2030 (Características)

Montante Emitido: US\$ 1,6 bilhão.

Data Emissão: 06/03/2000

Data Vencimento: 06/03/2030

Coupon: 12,25% ao ano.

Convenção para Cálculo: mês com 30 dias e ano com 360 dias.

Data de Pagamento de juros: 06/03 e 06/09.

Amortização: *Bullet*

Forma de Título: ao portador.

Denominação: US\$ 1.000

Condições: Não resgatável antecipadamente.

TABELA 9
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Mar/2000

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	1.504,9	462,0	1.967,0
I.1. Organismos Multilaterais	182,8	93,9	276,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	48,0	15,8	63,8
I.3. Clube de Paris	0,0	23,5	23,5
I.4. Dívida Mobiliária	1.274,2	328,8	1.603,0
Bônus Global 2030	0,0	160,8	160,8
Bônus Euro 2003 ¹	0,0	73,9	73,9
BIB - Brazil Investment Bond ²	51,9	44,1	96,0
Samurai Bond 2001 ³	0,0	13,7	13,7
Bradies (Recompra)	1.222,3	36,1	1.258,4
Emissão Soberana	0,0	0,2	0,2

¹ Título de captação, emitido no euromercado, de acordo com a Resolução nº 51/97, do Senado Federal.

² Títulos emitidos em decorrência do acordo de reestruturação firmado pelo Brasil em 22.09.88, constituindo-se em opção para credores que desejassem sair do "risco Brasil". Não possuem garantia de principal ou juros.

³ Título de captação, emitido no mercado japonês, de acordo com a Resolução nº 57/95 do Senado Federal.

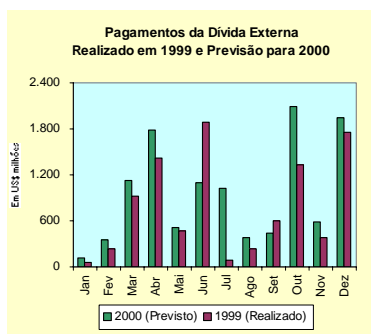
A tabela 10 a seguir apresenta dados dos pagamentos efetuados no ano de 1999 em função do serviço da dívida externa e a programação para o ano 2000. A elevação nas despesas com juros decorre de novas emissões e empréstimos realizados em 1999 e ao longo do primeiro semestre de 2000. O crescimento nas despesas com amortizações advém de aumentos previstos contratualmente.

TABELA 10
PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO¹
BRASIL, 1999/2000

US\$ milhões

Período	Realizado em 1999			Previsão para 2000		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Jan	36,4	27,8	64,2	46,0	73,0	119,0
Fev	168,5	71,1	239,6	210,6	143,0	353,6
Mar	674,2	244,6	918,8	861,3	264,4	1.125,7
Abr	144,0	1.277,5	1.421,4	181,5	1.610,8	1.792,3
Mai	175,0	296,9	471,9	128,2	388,4	516,6
Jun	1.443,0	449,0	1.891,9	661,0	443,8	1.104,8
Jul	33,4	59,8	93,2	905,7	125,7	1.031,4
Ago	170,6	64,4	235,0	83,9	290,3	374,2
Set	465,9	136,4	602,3	276,6	155,6	432,1
Out	149,5	1.181,7	1.331,2	371,2	1.721,4	2.092,6
Nov	91,9	285,1	377,0	151,4	427,3	578,7
Dez	1.369,6	392,2	1.761,7	1.507,5	440,9	1.948,4
Total	4.921,9	4.486,3	9.408,2	5.384,8	6.084,6	11.469,4

(1) Valores pagos (janeiro de 1999 a março de 2000), convertidos pelo câmbio do final de período.

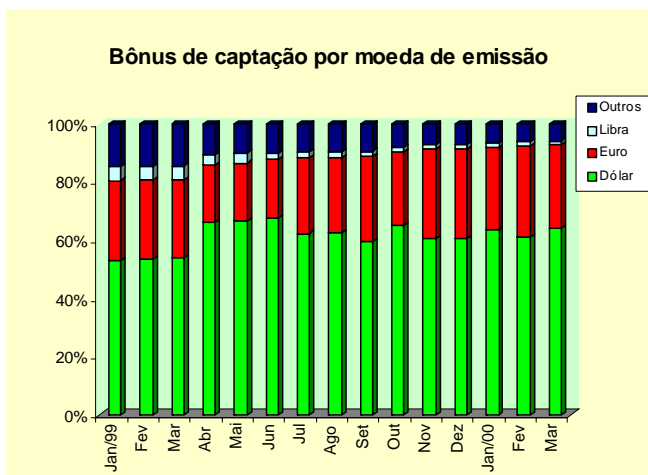


Esta redução está associada principalmente à estratégia de substituição dos títulos com amortizações periódicas (C Bond, Par Bond, DCB etc.) por outros na forma de *bullet* (Global 2004, Euro 2002, Global 2009 etc.).

Características

A dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional está estruturada em Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Títulos Depositados em Garantia (Haveres) e Disponibilidades Externas de Fundos, Autarquias e Fundações (Haveres). No âmbito da Dívida Mobiliária Externa (R\$ 89,6 bilhões em março), 62,9% dos títulos são Bônus de Renegociação, também conhecidos como *Bradies*, e os restantes 37,1% são Bônus de Captação.

Com o lançamento do Bônus Global 2030, em março, a participação das emissões em dólar cresceu para 64,3% do total de bônus de captação, ficando 28,6% de títulos em Euro, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

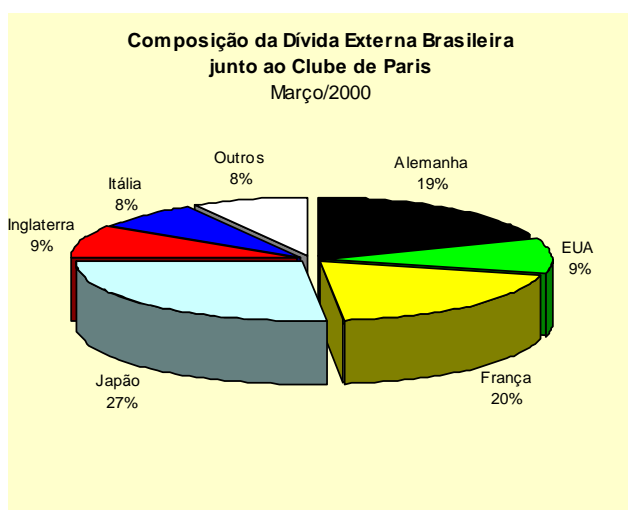


Em março/2000, do total de bônus de captação emitidos pelo Tesouro Nacional, 64,3% eram em Dólar e 28,6% em Euro.

Como se observa no gráfico ao lado, em março, do total da dívida contratual externa do Tesouro Nacional, 18,6% estava junto a bancos privados e agências governamentais, 37,5% junto a organismos multilaterais e 43,8% junto ao Clube de Paris.



No âmbito do Clube de Paris, o maior credor brasileiro é o Japão, com 27,0% do total, seguido por França (20,0%) e Alemanha (19,0%), conforme pode ser observado no gráfico abaixo, que contempla a composição da dívida externa brasileira junto ao Clube de Paris.



A maior parte da dívida contratual externa do Tesouro Nacional refere-se a contratos junto ao Clube de Paris, sendo o Japão o maior credor brasileiro.

Em março, o prazo médio dos bônus de renegociação (*bradies*), pelo critério de *average life*, ficou em 13,78 anos, mantendo-se praticamente no mesmo patamar dos meses anteriores, 13,86 anos em fevereiro e 13,94 em janeiro. Pelo mesmo critério, o prazo médio das novas emissões foi de 15,83 anos, aumentando em relação ao mês anterior (13,90 anos) consequência da emissão do Bônus Global de 30 anos.

O custo médio dos *bradies* manteve-se em 6,28% ao ano, enquanto o referente às novas emissões passou de 10,68% ao ano em fevereiro para 11,45% ao ano em março.

